



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2020
(Do Sr. HUGO LEAL)

Requer informações ao Ministro de Estado da Infraestrutura sobre concessão do trecho da Rodovia BR-101/Norte-RJ administrado pela concessionária Arteris Fluminense.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro de Estado da Infraestrutura, no sentido de enviar a esta Casa as seguintes informações relativas à concessão do trecho da Rodovia BR-101/Norte-RJ administrado pela concessionária Arteris Fluminense:

- Estimativa dos valores arrecadados pela Arteris, desde o início da concessão, no trecho da rodovia BR-101 por ela administrado;
- Multas aplicadas e valores efetivamente arrecadados em decorrência da observação de não cumprimento de cláusulas contratuais;
- Se os descontos tarifários decorrentes de atrasos nas obras têm sido aplicados.

Segundo publicado pela imprensa¹, a concessionária Arteris “teve problemas na aprovação de projetos com a ANTT”. Sendo a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) vinculada a esse Ministério, solicitamos:

- Listagem, descrição sucinta e situação dos projetos da Agência com a Arteris envolvendo a BR-101; e

¹ <https://www.folhadoslagos.com/geral/arteris-fluminense-comunica-devolucao-de-rodovia-br-101-ao-governo/13538/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **HUGO LEAL –**

- Descrição de eventuais entraves observados na execução desses projetos;

Nesse sentido, solicitamos, também, a íntegra dos seguintes documentos:

- Cópia do contrato de concessão assinado com a Arteris e de eventuais aditivos;
- Processos administrativos que precederam eventuais reajustes tarifários, multas e reequilíbrios contratuais; e
- Cópia do processo que trata do pedido de relicitação protocolado pela Arteris em 20 de maio de 2020.

Destacamos que reconhecemos a possibilidade da existência de trechos de natureza sigilosa no pedido de relicitação. Consideramos, contudo, que tal fato não constitui razão para recusa do envio, uma vez que admitimos a omissão de dados considerados sensíveis na cópia que esperamos receber.

JUSTIFICAÇÃO

Quando uma das principais rodovias do norte fluminense foi concedida à Arteris, acendeu-se a esperança da população de poder contar com uma via de acesso rápido e, principalmente, seguro ao norte do estado. Aproximadamente uma década depois, o sonho de transportar vidas e mercadorias de forma eficiente pela BR-101 transformou-se em pesadelo cujo pior momento acaba de se concretizar: A concessionária pediu relicitação nos termos da Lei nº 13.448/2017.

Os 322 quilômetros da BR-101 fluminense sob administração da Arteris constituem importante corredor de acesso a municípios extremamente relevantes regional e nacionalmente. Campos dos Goytacazes, Conceição de Macabu, Quissamã, Carapebus, Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Silva Jardim, Rio Bonito, Tanguá, Itaboraí, São Gonçalo e Niterói são algumas das cidades na área de influência da rodovia, cujo volume diário de veículos supera os 70 mil por dia. A Rodovia representa, ainda, um





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **HUGO LEAL** –

dos principais meios de acesso não somente ao litoral sul capixaba, mas a importantes regiões turísticas fluminenses como Cabo Frio, Búzios, Arraial do Cabo e São Pedro. Cabo Frio, por exemplo, chega a receber mais de 1,5 milhão de turistas somente entre o reveillon e o carnaval².

A despeito da importância da rodovia e da região a qual integra, o período de concessão foi marcado pelo descaso. Atrasos e obras planejadas que sequer têm início são a regra. Passarelas, pontes, viadutos e pista duplicada existem apenas nas pranchetas e nos planos que jamais se tornaram reais em uma rodovia na qual chega a se pagar R\$36 para que um caminhão atravesse uma das suas praças de pedágio.

Há poucos dias, contudo, em meio à pior crise sanitária e econômica da humanidade, um novo fato surge para atrasar ainda mais o avanço nas condições dessa rodovia. O pedido de licitação protocolado pela Arteris, sem maiores detalhes, motivação e muito menos discussão com as lideranças envolvidas, revela a gravidade do problema. Longe de se tratar de questão circunstancial, os indícios apontam para sérios problemas que demandam o envolvimento do Parlamento em sua função de fiscalização e controle.

Dessa forma, este requerimento de informações pretende fazer chegar a esta Casa detalhes tanto sobre as circunstâncias da relicitação solicitada quanto sobre todo o desenrolar da concessão, desde sua origem. Nesse sentido, a colaboração da Agência Reguladora será vital para que o Estado brasileiro possa trabalhar da melhor forma na identificação das falhas que fizeram com que os avanços pretendidos pela concessão inicial não se concretizassem em favor da sociedade.

Sala das Sessões, em de de 2020.

Deputado **HUGO LEAL**
PSD/RJ

² <https://destinosnotaveis.com.br/cabo-frio-rj/>

